

**QUANDO A MEMÓRIA LGBT SAI DA RESERVA TÉCNICA:
MAPEAMENTO PRELIMINAR DOS MUSEUS, PATRIMÔNIOS E INICIATIVAS
COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL**

Tony Boita*
Camila Moraes Wichers*

Resumo: O presente trabalho objetiva-se em investigar museus, espaços de vocação museológica, patrimônios e iniciativas em memória que promovam ações de preservação, ressignificação e promoção de memórias de pessoas travestis, transgêneros, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays. Esta pesquisa desenvolveu-se em duas etapas. Na primeira, foram mapeados museus, patrimônios e espaços de memória de referência, com ênfase aos que apresentam elementos de articulações com os movimentos sociais do seu país, uma missão pró-memória LGBT ou a promoção de no mínimo duas exposições nos últimos dez anos. Seguindo estes aspectos, o projeto identificou até o momento 80 museus e/ou espaços de vocação museológica e/ou iniciativas em memória em todos os continentes. Já na segunda etapa do projeto, os museus mapeados passam a ser contatados por meio de correspondência, em uma tentativa de coletar dados quantitativos e qualitativos, bem como, gerar um acervo. Pretende-se, com isso, verificar as informações mapeadas e estreitar a comunicação com profissionais de museus interessados na memória da comunidade LGBT.

Palavras – Chave: Memória; Sexualidades; LGBT; Museus; Patrimônio

Abstract: The present work aims to investigate museums, spaces of museological vocation, patrimony and initiatives in memory that promote preservation, resignification and promotion of memories of transvestites, transgenders, transsexuals, lesbians, bisexuals and gays. This research was developed in two stages. In the first one, museums, heritage sites and reference memory spaces were mapped out, with emphasis on those presenting elements of articulation with the social movements of their country, an LGBT pro-memory mission or the promotion of at least two exhibitions in the last ten years. Following these aspects, the project has so far identified 80 museums and / or spaces of museological vocation and / or initiatives in memory on all continents. Already in the second stage of the project, the mapped museums are contacted through correspondence, in an attempt to collect quantitative and qualitative data, as well as generate a collection. The aim is to verify the mapped information and to strengthen the communication with interested professionals in the memory of the LGBT community.

Keywords: Memory; Sexualities; LGBT; Patrimony; Museums

Introdução

O presente trabalho objetiva-se em investigar museus, espaços de vocação museológica, patrimônios e iniciativas comunitárias que promovam as memórias e histórias LGBT através de ações de preservação, ressignificação e promoção de memórias das pessoas travestis, transgêneros, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays. Sua metodologia é dividida em etapas distintas que buscaram investigar e contatar através de cartas, estes espaços e iniciativas que promovam ações de positividade da memória LGBT.

Na primeira etapa do estudo, iniciadas em 2011 foram mapeados museus, patrimônios e espaços de memória de referência, com ênfase aos que apresentam elementos de articulações com os movimentos sociais do seu país, uma missão pró-memória LGBT ou a promoção de no mínimo duas exposições nos últimos dez anos. Seguindo estes aspectos, o projeto identificou até o momento 80 museus e espaços de vocação museológica ou iniciativas comunitárias em memória e história LGBT em todos os continentes.

Já na segunda etapa da pesquisa, os museus encontrados passam a ser contatados por meio de correspondência, em uma tentativa de “(...) registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (AZALDÚA, 2000, P. 232). Esta etapa iniciou em julho de 2017, quando se iniciou a remessa de uma pequena carta escrita à mão, um postal e um breve questionário. A carta é um convite para as instituições integrarem-se ao projeto, servindo também para apresentá-lo, visando buscar, uma maior experiência e diálogo com os espaços contatados (AZALDÚA, 2000, P. 233). O postal refere-se à ação desenvolvida em 2015 pelo Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo - MUF e a Revista Memória LGBT – RMLGBT no Rio de Janeiro. O questionário é composto por 15 perguntas relacionadas a dados



3º sebra mus

gerais, acervo e/ou coleção, redes e políticas. Todo o material foi traduzido para o inglês, espanhol, alemão e francês. Pretende-se, com isso, formar um pequeno acervo, verificar as informações mapeadas e estreitar a comunicação com profissionais de museus interessados na memória da comunidade LGBT.

Para o desenvolvimento deste estudo, convencionou-se o termo LGBT para designar, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros. Tal escolha justifica-se por tratar de uma sigla utilizada desde 2009 pelo Estado Brasileiro para o desenvolvimento de políticas públicas (BOITA, 2014). Destaca-se que enquanto norma, para a consolidação de políticas públicas, iniciativas mercadológicas, além dá, necessidade de classificar as identidades, criam-se siglas políticas, tal qual, a LGBT FACCHINI (2005, p.21) e BRAZ (2010). Por outro lado, emergem dos movimentos sociais siglas representativas, que dão ênfase aos grupos mais marginalizados e excluídos, como a TLGB¹. Ressalta-se que optou-se em respeitar as siglas utilizadas pelos museus e iniciativas comunitárias em memória e história LGBT pesquisados, influenciado pelas políticas sociais de um período. No entanto, sabemos que nenhuma das siglas conseguiu abranger as múltiplas sexualidades.

Neste artigo, pretende-se apresentar os resultados preliminares da primeira etapa, abordando 35 instituições do conjunto mapeado, sobretudo aquelas que apresentam relevância para conhecer os principais aspectos dos esforços museológicos em prol da memória das comunidades LGBT no globo. Para fins didáticos, dividiram-se as iniciativas em três campos, o primeiro referente ao século XX (em especial de 1960 a 1990), o segundo concentrado nas movimentações ocorridas no século XXI e, por fim, as realizações em território brasileiro. Ressalta-se que esta pesquisa vem sendo aprofundada

¹ Termo utilizado na Bolívia e impulsionado pelo *Colectivo TLGB Bolivia*.



3º sebra mus

no Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, sob orientação de Camila Azevedo de Moraes Wichers

Em conjunto, as iniciativas aqui consideradas compõem uma trama de desejos globais de uma minoria que não quer esquecer seu passado e anseia por um futuro onde direitos civis lhes sejam plenamente assegurados, em especial, o direito à memória.

Memória, Poder, Identidade, Cultura, Museus Comunitários e Sexualidades não normativas: Uma Aproximação

Neste estudo, entendemos que a memória é categoria viva, dinâmica, seletiva, documental, manipulável e constante em conflito (RICOEUR, 2012). Para Mário Chagas (2009, p.47) a memória passa a ser a ferramenta “utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado)” (CHAGAS, 2009, p. 47). Com isso, criam-se espaços que rememoração ao passado, entre eles os museus, que se tornam ordenadores da memória, dos saberes e das artes (CHAGAS, 2009, p.53). Michael Pollack (1989, p.10) chama a atenção para as memórias ausentes, aquelas silenciadas, entre elas “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais”. Contudo, por ser seletiva, à memória sempre será disputada, surgindo assim as relações de poder, em especial nos museus, espaços de memória e patrimônios (Chagas, 2009). Desta forma, A memória através de uma seleção excludente, poderá resultar um efeito catastrófico aos os grupos subalternos (SPIVAK, 2010), tais como, a comunidade LGBT.

As memórias oficiais são permeadas pelo poder (Foucault, 1977) (Chagas, 2006). Por exemplo, podemos citar as casas de memórias, ou museus, espaços criados na modernidade pelo ocidente para preservar a memória materializada, bem como, promover

discursos e narrativas oficiais. Neste exemplo é comum vermos as representações de um discurso que visa a manutenção de um passado com sua tradição e conservadorismo, ou seja, o protagonismo hegemônico do homem branco, ocidental e conquistador, uma representação fiel na maioria dos museus e dos patrimônios culturais da humanidade, características do poder masculino (RICH, 2010), afinal, manipular a memória é um “(...) dos métodos pelos quais o poder masculino é manifestado e mantido.” (RICH, 2010, p.25). Curioso notar, que as sexualidades e identidades humanas estão distante deste padrão museal. Como resposta, esses espaços estimuladores da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) promovem uma única memória, negando todas as outras, ou então, estimulando o “(...) fechamento de arquivos e da destruição de documentos relacionados com a existência lésbica” (RICH, 2010, p.24), bem como, estimular propositalmente, o “apagamento da existência lésbica (...) na arte, na literatura (...)”(RICH, 2010, p.26). Ressalta-se que estas ausências estimularam e estimulam a perseguição e discriminação destes e outros grupos, em especial a memória das pessoas que tinham relações entre o mesmo gênero. Por fim, a ausência da memória resulta a longo e curto prazo em um profundo silenciamento social que perpassa pela memória e o patrimônio cultural.

Segundo Mário Chagas o poder está em toda a parte, ele não é uma instituição, mas está presente na sociedade (CHAGAS, 2009, p.63). Como exemplo desta tensa relação, temos a formação dos acervos museológicos que tenta expressar à universalidade a partir da memória de uma elite, tornando os museus espaços de uma memória forjada e que não representa uma grande parcela da população, em especial a comunidade LGBT, de mulheres ou de favela. Nota-se que estes espaços de memória podem ainda reverter essa situação adotando um caminho capaz de “ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais” (CHAGAS, 2009, p.65). Portanto, a memória e o poder estão em constante tensão, cabem os espaços de vocação museológica selecionarem a forma que



3º sebra mus

irão se relacionar com o poder, podendo ir além do óbvio e “estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais” (CHAGAS, 2009, p.65) e sexuais.

A memória está presente no campo da cultura, ambas são dinâmicas e estão entrelaçadas por códigos, signos e significados. Para, FERREIRA, (1994/95, p.117), “somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser o patrimônio da memória”, afinal, “é que de um modo ou de outro a cultura se dirige contra o esquecimento” (IBID, 118). Desta forma, a cultura está diretamente ligada às pessoas, assim como as memórias, que são formadas e pré-estabelecidas através de normas e padrões (BUTLER, 2003) (BENTO, 2006).

Para Waldisa Russio Guarnieri², em seu artigo “Museologia e Identidade” publicada pela primeira vez em 1989 a Museologia é compreendida pela autora como a ciência do fato museal, ou seja, a relação do homem/sociedade/comunidade, com um objeto/coleção/patrimônio em um cenário institucionalizado ou não (museu convencional/museu de território/museu de comunidade);

Ciência do fato museal ou museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre a qual tem o poder de agir. O fato museológico realiza-se no cenário institucionalizado do museu. (Guarnieri, 1989, p.180)

² Waldisa Russio Camargo Guarnieri, em seu trabalho deteve-se em buscar teoricamente as bases científicas para a Museologia, bem como, sua definição, objeto de estudo e metodologia. A partir da década de oitenta, produz uma série de artigos, que em 2010 foram organizados por Maria Cristina de Oliveira Bruno e publicado no livro “Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e Contextos de uma Trajetória Profissional” em dois volumes (2010).

Guarnieri tenta ainda em seus escritos, buscar outras definições, tais como o de identidade cultural, memória e bens culturais, que serão respectivamente apresentados. Ao definir a identidade cultural, ela afirma que ela não é exclusiva da memória coletiva, mas sim de uma consciência coletiva dinâmica e que será exercida ao longo da vida do indivíduo, afinal e segundo ela, “se o homem e a cultura são dinâmicos, móveis, cambiantes, por que supor uma identidade estática, inerte, imutável?” (IBID, 177). No entanto, mesmo com uma identidade cultural dinâmica, produzimos ou alteramos os bens culturais atribuindo novos significados, no reconhecimento e alteração das paisagens naturais, rurais e urbanas, na criação material dos bens móveis e imóveis, tudo isso a partir dos elementos afetivos, “A meu ver, esses elementos – afetivos – são os maiores caracterizadores das culturas” (IBID, 178), afinal, somos capazes de “criar significados e símbolos, de estabelecer valores, e que se comunica por meio de diversas linguagens (oral, escrita, icônica, gestual), não poderemos jamais esquecer a extensa e profunda gama de elementos afetivos (IBID, 178). Segundo ela,

A cultura é o fazer e o viver cotidiano; Cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, Cultura é a relação do homem com o seu meio, com os outros seres, incluindo os outros homens. Cultura é a projeção em que o homem se realiza; ou melhor a atividade em que ele se realiza. Cultura é percepção, experiência, expressão; cultura é vida vivida. (IBID, 208)

Nos museus e na prática museal, são propostas no México, a partir da década de 70 as bases para uma Museologia Comunitária. Objetivando-se em protagonizar grupos e comunidades invisibilizadas pela memória oficial. Com isso, são abertos novos caminhos para a consolidação de espaços, entre eles, os museus que ultrapassam as paredes e o edifício. Essa nova tipologia é construída com a comunidade, muitas vezes sem acervo, sem luxo e com poucos recursos, e acima de tudo, feito por/para/com pessoas.

Os museus comunitários, de território, de favela, de percurso entre outros, são exemplos da subversão e apropriação dos museus convencionais, talvez, seja a vocação da América Latina, museus distantes do nacionalismo e do universalismo Europeu. Como aponta Wichers (2015, p.6).

Nesse contexto o ‘ator comunitário – pesquisador’ aparece como elemento chave de uma Museologia que não constrói espaços onde a animação da apresentação oculte a voz dos que falam, mas sim, espaços que destacam o direito que têm os povos para falar de si mesmos, por si mesmos.

Em uma tentativa de definição do que vem a ser um Museu Comunitário, Teresa Morales e Cuauhtémoc Camarena, apontam que (2009, p. 5), *“Um museo comunitário es creado por la misma comunidad: es un museo “de” la comunidad, no elaborado externamente “para” la comunidad.”*, além de ser *“una herramienta para que la comunidad afirme la posesion física y simbólica de su patrimonio”*, bem como, um espaço de autoconhecimento, gerando *“múltiples proyectos para mejorar la calidad de vida, ofreciendo capacitación para engrentar diversas necesidades”*, além de ser *“un puente para el intercambio cultural”*. Desta forma, fica evidente que as memórias e bens culturais representantes das sexualidades acompanharam estes novos formatos, uma vez, que os espaços oficiais, produz um discurso conservador, hegemônico, autoritário e heteronormativo.

Nesta perspectiva, surgem novos anseios, angustias e inovações nos museus que passam a perceber a heteronormatividade (RICH, 2010) como um problema tornando o gênero e as sexualidades desnecessárias na prática museal. Segundo PINTO (2014, p.44), *“(...) há poucas mostras em museus que tratam especificamente de sexualidade humana,*

e que dêem muita atenção aos temas ligados aos indivíduos ou grupos LGBT (...)”. Por outro lado, alguns museus veem criando “*políticas estas variaciones con respecto a la norma para evitar sesgos androcéntricos y heterocentrados, y convertirse en un museo más inclusivo y plural.* (REVISTA DEL COMITÉ NACIONAL ESPAÑOL, 2013, p.5). Contudo, estes espaços, devam rever sua cadeia operatória (Documentação; Conservação; Ação Educativa; Expografia), afastando-se da heteronormatividade e aproximando-se de novas metodologias, além da apropriação dos debates de gênero (SCOTT, 1995), (MOORE, 1991), (HARAWAY, 2004) e sexualidades (RUBIN, 1989) E (WEEKS, 2007) . No entanto, será possível encontrar novas formas de preservação para as memórias marginalizadas e subalternizadas (SPIVAK, 2010). Desta forma, verifica-se que a invisibilização da memória, por vezes é proposital, tornando-se necessário ocupar os espaços oficiais da memória que possuam uma narrativa heteronormativa, além de, estimular a criação e/ou consolidação de novos equipamentos culturais, capazes de possibilitar a ressignificação e positivação da memória de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e de outras sexualidades.

Por fim, chama a atenção o distanciamento dos museus ao tratar das memórias de sexualidades não normativas, o que contribui para a promoção de normas culturais hegemônicas e resulta nas fobias a diversidade sexual. Mesmo com os indícios, representados nos acervos e coleções destes espaços, é raro ver ações que evidenciam as memórias da comunidade LGBT. Ao que parece, os museus, patrimônios e iniciativas comunitárias em memória e Museologia social, priorizam a heteronormatividade em detrimento de atos que preservem e comuniquem o gênero e as sexualidades nos espaços de memória.

Museus, Patrimônios e Espaços de Memória para a Comunidade LGBT no Século XX

A partir da década de 60, diversas crises político-sociais produzem um contexto intenso e carregado de rupturas. Na contracultura, grupos homossexuais, lésbicas e travestis passam a se organizar, criando espaços de sociabilidade e reivindicando seus direitos até então negados, fenômeno acentuado com a chegada da pandemia provocada pelo HIV no início dos anos 80 (WEEKS, 2007, p.37). Neste contexto, ativistas nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha, Holanda, Portugal e Brasil passaram a concentrar esforços para não se perder o conjunto das memórias de suas comunidades.

Neste mapeamento, a data mais recuada de uma iniciativa interessada na memória da comunidade LGBT encontra-se em Tucson, quando em 1967 inaugurou-se o *Tucson Gay Museum* — dedicado à missão de preservar a memória gay, seu acervo é composto por fotografias e documentos hoje digitalizados e disponibilizados em seu site.

Quando se inicia a década de 1970, diversas iniciativas duradouras acompanham as revoluções culturais que se difundiam pelo primeiro mundo. Na Flórida, encontra-se o *Stonewall National Museum & Archives*, criado em 1972 e dividido entre museu e biblioteca dedicados ao maior marco do movimento LGBT, a Rebelião de Stonewall. Em Toronto no Canadá, é criado em 1973 o *The Canadian Lesbian and Gay Archives (CLGA)*, atualmente um dos maiores arquivos que salvaguardam a memória LGBT, dotado de uma biblioteca, arquivo e a promoção de diversas exposições museológicas. Em Melbourne, na Austrália, foi criado em 1978 o *Australian Lesbian and Gay Archives* durante a IV Conferência Nacional de Homossexuais (*Fourth National Homosexual Conference*), constituindo a primeira instituição de memória comunitária na Austrália preocupada em preservar a memória de gays e lésbicas e tendo em seu acervo objetos, documentos e fotografias disponível ao público para consulta ou em exposições.

O que se percebe é que a década de 1970 foi fundamental para a organização dos movimentos sociais e conseqüentemente o registro de suas memórias através da criação de espaços dedicados a memória de grupos subalternizados. No entanto, ao final desta década surgem diversas perseguições a homossexuais que vinham deste a década de quarenta, segundo Rubin, (1986, p.170),

Por volta de 1977-78, houve uma repressão, para usar o termo da moda, em Michigan, contra o sexo público de homossexuais masculinos. De repente, os homens passaram a ser presos de forma muito agressiva por fazer sexo em parques ou em salões de chá.

De maior impacto para os esforços pró-memória LGBT ocorre durante a década de 80, sobretudo mediante a chegada de um novo elemento: o HIV, “una calamidad para la comunidad gay” (RUBIN, 1989, p.169). Nos Estados Unidos, sob a presidência de Reagan, a AIDS espalhou rapidamente. O vírus foi descoberto do início daquela década, mas o presidente americano só se manifestou publicamente em 1987. Neste contexto foi criado em 1984, na cidade de Los Angeles, a instituição *Tom of Finland Foundation*, responsável por preservar o acervo produzido pelo artista Tom Finland, além de abrigar obras homoeróticas de outros artistas gay. Essa fundação disponibiliza seu acervo para diversas exposições no mundo e, sem dúvida, é um dos acervos mais difundidos no mundo. Em São Francisco, em 1985, o *GLBT History Museum* é criado com o objetivo de ser um museu histórico que investiga, preserva e promove a memória GLBT. Em seu acervo possui documentos, áudio, filmes e fotografias que retratam a história da AIDS, do movimento GLBT, bem como, o ativista Harvey Milk que foi assassinado em 1978. Já no final da década, é criado em 1987 na cidade de Nova York, o *Leslie-Lohman Museum of Gay and Lesbian Art* – guarda um acervo com mais de 30 mil peças e desenvolve ações de preservação, bem como concentra pesquisas, publicações e

exposições museológicas. Possui ainda, uma importante base de dados disponível na internet. Por fim, a década de 80, apesar da expansão de uma pandemia, viu o nascimento de museus e uma fundação que preserva e expõe a arte homoerótica nos Estados Unidos.

A Europa também não ficou indiferente a esta expansão da memória. Em 1984, é aberta em Berlin a *exposição Eldorado – the History, Everyday Life and Culture of Homosexual Women and Men 1850-1950* no Museu de Berlin, fruto dos esforços de estudantes e um grupo de lésbicas. A exposição foi vista por mais de 40 mil pessoas e com isso, percebeu-se a necessidade de criar um museu para a comunidade LGBT. A partir desta demanda comunitária, iniciou-se a criação do Schwules Museum. Nesta instituição criaram uma associação em dezembro de 1985 e em 1986 inaugurou sua sede provisória para abrigar a primeira exposição, trocando de endereço por duas vezes e ocupando seu atual endereço desde 2013.

Em outro território, na Holanda, o primeiro país do mundo a aprovar o casamento homoafetivo, existe em sua capital, Amsterdam, o *Homomonument* construído em 1987, a poucos metros do *Anne Frank Monument*. Este monumento é dedicado às mortes e vítimas de discriminação e perseguição a sexualidades não normativas da segunda guerra mundial. O principal signo do monumento refere-se ao triângulo rosa, ícone utilizado por homossexuais nos campos de concentração do regime nazista. Inicialmente dedicado aos homossexuais e lésbicas, posteriormente passou a incluir as pessoas travestis, transexuais, bissexuais.

A década de 90 é marcada por três fatos e iniciativas em memórias importantes. O primeiro é a criação em 1993 na Austrália de uma lei que estabelece que os museus australianos devam pautar em seu discurso a memória de LGBTQI e outros grupos formadores da sociedade australiana, mas excluídos da memória oficial. Além do discurso, os museus devem possuir acervos e políticas de ações educativas e culturais



3º sebra mus

para este público. Aparentemente, todos os museus vinculados ao Estado possuem acervos de temática LGBT, conforme aponta o catálogo *The Gay Museum*. Outro fato importante é a criação Centro de Documentação Gonçalo Diniz, em 1998, na cidade de Lisboa. Neste mesmo centro funciona o único projeto formal encontrado em Portugal voltado à salvaguarda da memória LGBT, onde se disponibiliza um vasto acervo de livros, revistas, trabalhos de investigação, vídeos, recortes de jornais, entre outros materiais, sobre a temática. O terceiro fato importante é a criação do Museu da Sexualidade pelo Grupo Gay da Bahia, na cidade de Salvador, Brasil, em 1998. Seu acervo é composto por documentos históricos, biográficos, arquivos e objetos referentes a sexualidade humana. Parte de seu acervo está disponível em sua base de dados. Após quase quarenta anos, vemos surgir tanto no Brasil como em Portugal, iniciativas preocupadas na preservação das memórias LGBT, bem como, a criação de uma lei que incentiva os museus da Austrália a possuir acervos ou coleções voltadas à comunidade LGBTQI.

Desta forma, percebemos que museus voltados para a comunidade LGBT são criados nos anos de 60 a 90. No contexto pandêmico e de profusão do debate sobre os direitos civis da população LGBT, nasceram a partir de iniciativa dos movimentos sociais, museus, monumentos e espaços de memória que preservam e promovem a memória de sexualidades não normativas em sete países. Ressalta-se, que os museus criados neste período, ainda ativos, seguiram os passos políticos e burocráticos para o seu registro.

Museus, Espaços de Memória LGBT e Patrimônios no Século XXI

Ao final do século XX, vê-se o surgimento de museus dedicados à comunidade homossexual, sobretudo a masculina, nos EUA, Europa e até mesmo no Brasil. Com o ingresso ao novo século, com o avanço da medicina em relação ao controle dos sintomas

do HIV, a conquista dos direitos civis e a pós-modernidade fragmentando antigas identidades, novos museus passam a se configurar, dessa vez abrindo o leque para uma compreensão mais ampla das múltiplas sexualidades existentes.

Em 2003, na capital peruana é criado O Museu Travesti. Foi idealizado por Giusepe Campuzano. Seu acervo é composto por fotografias, jornais e objetos. Um dos mais importantes e pioneiros ao tratar da transexualidade e do travestismo no Peru, “possuía no corpo do próprio diretor, pilares de seu acervo e na história do Peru os fundamentos da vertente trans nos museus” (Baptista; Boita, 2014, p. 176). Após sua morte, seu acervo circulou em diversas mostras, inclusive na Bienal de São Paulo. Este é o primeiro museu que aborda memórias de sexualidades não normativas do século XXI e tem como fundador uma pessoa travesti que faleceu em 2013, mas que contribuiu muito com o campo museológico.

Na África do Sul, desde 2006 na cidade de Braamfontein, a *Gayand Lesbian Memory in Action – GALA* produz exposições em torno das identidades sexuais e de gênero. Ao longo de sua história produziu mais de quatro exposições temporárias, além de ter produzido os módulos expositivos no *Museum Africa* e no *Apartheid Museum*. Suas principais exposições foram “*Journeys of Faith*”, de 2016, a “*Home Affairs: About Love, Family and Relationships*”, “*Joburg Tracks: Sexuality in the City*”, de 2008 e a “*Balancing Act: South African Gay and Lesbian Youth Speak Out*”, em 2006. Segundo informações preliminares, a GALA vem desenvolvendo diversas parcerias com os museus deste país, bem como, desenvolvendo consultorias e cursos para os profissionais dos museus voltados aos debates de gênero, sexualidade e raça.

Em Londres, na Inglaterra o *British Museum* passou a desenvolver ações de visibilidade sobre a memória LGBT a partir de 2006 com a exposição e catálogos. Neste ano foi exposto por menos de quarenta dias a exposição *The Warren Cup*, que

acompanhou um catálogo do mesmo nome de autoria de Dyfri Willian, nela é apresentado um copo de prata romana com cenas homoeróticas, inclusive um par de amantes homens. Essa peça ficou por anos escondido em uma reserva técnica. Em 2013, é publicado *A Little Gay History – Desire and Diversity across the Word*, que retrata peças da história e memória da comunidade LGBT presentes no acervo da instituição. Estas são importantes contribuições de museus convencionais que impulsionam e inspiram outros grandes museus.

Em 2007 na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, inicia-se a criação do National LGBT Museum que é mantido pela fundação Velvet. Tem como missão promover a história, cultura da comunidade LGBT através de exposições, pesquisas, publicações e outros programas voltados para diversos públicos. É vinculada a Associação Americana de Museus que colaborou na consolidação das ações da instituição, tais como, a política de acervo e descarte, missão e visão, bem como, a preservação e acondicionamento dos acervos que são doados. Até o momento ainda não possui uma sede fixa, mas conforme a Fundação Velvet o Museu Nacional LGBT de Nova York, será inaugurado em junho de 2019, em comemoração ao 50º ano do aniversário de Stonewal.

Na capital Alemã, é criado Monumento aos homossexuais perseguidos e mortos pelo Nazismo. Foi concebido pelos artistas Michael Elmgreen e Ingar Dragset e inaugurado em 2008. Tal qual, o Homonomonument este marco da memória homossexual está localizada próxima a memória dos judeus³. Em sua concepção foi apoiado pelo Museu Shuwels. Este é o segundo monumento registrado a homossexuais perseguidos e mortos durante o regime nazista.

³ Memorial dos Judeus da Europa Assassinados pelos Nazistas.

Em Taiwan na China no ano de 2009, é inaugurado a Taiwan Tongzhi Hotline Association e a Galería Gingins em Taipei, juntos, realizaram a exposição *La mirada sobre los otros sobre la historia de lésbicas e gays*. Este é um dos poucos registros que encontramos neste país. No entanto, a China foi um dos principais países a possuir museus voltados à sexualidade humana, porém, hoje abandonados.

Em 2010, O *Museum Africa*, localizado na capital da África do Sul inaugurou a exposição *Johannesburg Tracks: Mapping sexuality in the city*, produzida em 2008, narra a história Johannesburg's a partir da memória de oito LGBT. Esta exposição só foi possível a partir da articulação do grupo *Gay and Lesbian Memory in Action- GALA*. Atualmente o *Museum Africa* desenvolve ações esporádicas de formação, sensibilização e positividade da memória lgbt com apoio do movimento social.

Com o advento da internet e as novas tecnologias é criado na Suécia, em 2011, o *Unstraight Museum*, um museu virtual colaborativo e participante do Conselho Internacional de Museus - Icom. Sua primeira exposição foi a *Article One*, que foi homenageada em 2013 pelo Icom. O site disponibiliza e convida os visitantes a deixarem suas memórias e registros. Além disso, auxilia os museus a desenvolverem ações para o público LGBTQI, bem como, propõe diversas exposições itinerantes que circulam o mundo. O *Unstraight Museum* é uma importante iniciativa de preservação da memória LGBTQI, além de, desenvolver diversos cursos e formações para as instituições de memória suecas.

Por fim, os museus criados neste período, surgem na esperança do direito e da garantia dos direitos civis. Enquanto, no fim do século passado, vimos uma pandemia matar os homens homossexuais que favoreceu a criação de museus, utilizados estrategicamente a visibilização, prevenção e promoção da saúde. A partir dos anos 2000, vemos surgir iniciativas museológicas criadas para defender e garantir os direitos da



comunidade LGBT denunciando através de exposições a homolebotransfobia. Ressalta-se que neste momento, museus convencionais passam a auxiliar, debater e ressignificar seu acervo, incluindo as comunidades até então, invisibilizadas.

O Contexto Brasileiro: Museus, Patrimônios e Espaços de Memória LGBT brasileira

No Brasil, assim como grande parte do mundo, os movimentos sociais passam a se organizar na década de 70. Na década posterior o HIV é o maior causador de mortes aos homossexuais no país, fato que se estendeu até a década de 90. Neste contexto o Grupo Gay da Bahia, lotado em Salvador, cria um museu voltado para a sexualidade, em especial, a prevenção. O Museu da Sexualidade, criado em 1998, foi marco fundamental para a criação e consolidação de novas iniciativas. Mesmo não sendo um museu voltado para a comunidade LGBT, atua em prol do grupo com eventos, exposições e ações. Talvez, seja a primeira iniciativa museológica brasileira a abordar sexualidades não normativas em seu espaço. Atualmente, a instituição está fechada, mas é possível realizar agendamento para visitas.

Outro contexto favorável para a criação de museus, patrimônios e espaços de memória, foram os reconhecimentos dos direitos civis da comunidade LGBT. Em 2004, o Estado do Rio Grande do Sul, é o primeiro a autorizar os cartórios a registrar a união cível entre pessoas do mesmo sexo. Até 2017 o Brasil possui, ao todo 12 estados leis que dispõem sobre a liberdade de orientação sexual (BA, RJ, RS, MG, SP, MS, PI, PA, PB, AL, MA e PE)⁴ além de 79 municípios. Em 2011 a decisão do STF ao reconheceu a união

⁴ Em 26 de junho de 2017, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, revogou a Lei 2615/2000 que determinava sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pess

homo afetiva, um dos maiores avanços no Brasil pró-LGBT. (Boita, 2014). Alguns outros diretos conquistados foram a regulação do nome social, através do decreto 8727/2016. Apesar das conquistas, os avanços são incertos.

Nesta realidade, a partir de 2008, na cidade de Goiânia, o Museu Antropológico da UFG passa a desenvolver ações que visibilizam a memória e a história de grupos excluídos, inclusive a comunidade LGBT. A partir de 2013, o MA impulsionou ações, exposições, eventos, palestras e mostras de cinema com a temática de gênero, sexualidade e identidade de gênero. Possui sob sua guarda o a coleção da ONG Transas do Corpo e entre 2016 e 2017 apoiou as exposições Mulheres no Sertão Goiano, que narrava os ofícios e violências sofridas pelas mulheres que viviam e vivem em Goiás, e a Transas no Ser-tão que homenageia os grupos Transas do Corpo e o Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade Ser-Tão. Os trabalhos foram concebidos e criados por estudantes do Curso de Museologia da UFG da disciplina de Comunicação Patrimonial IV – Concepção e Montagem de Exposição, que ministrei enquanto professor substituto da instituição.

Em Maceió, em 2010 é criado o Ponto de Memória LGBT, iniciativa da ONG Pró-Vida. Desde então promovem exposições e ações comunitárias, voltadas para a memória LGBT, como a Exposição Diversos, ocorrida em 2012, durante a primavera de museus. Trata-se de uma exposição significativa, de baixíssimo custo e que homenageia pessoas travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais da capital alagoana. Mesmo com o fim do Programa Pontos de Memória, a iniciativa em memória e Museologia social continua desenvolvendo ações de posituação da memória LGBT.

Em 2012 é criada a Rede LGBT de Memória e Museologia Social na cidade de Petrópolis. Tem abrangência nacional e articula ações de memória e Museologia social nos museus brasileiros. Conforme sua carta de fundação, “busca de reconhecimento e da salvaguarda da memória LGBT” e tem como objetivos “a geração de políticas públicas,

programas, espaços no fórum nacional de museus e inclusão da temática e práticas LGBT nos museus brasileiros”, além de, solicitar que ao menos uma semana ao ano, divulguem e fomentem a memória LGBT e as questões de gênero nos pontos de memória, pontos de cultura, instituições culturais, museus comunitários. De fato, muitas articulações foram feitas e objetivos alcançados, mas o que tange a articulações com o Instituto Brasileiro de Museus, pouco se avançou, até o momento, nenhuma política pública ou ação explícita do órgão foi desenvolvida. No entanto, após cinco anos de formação, a Rede LGBT, promoveu, estimulou e apoiou muitas ações que transformaram a realidade museológica brasileira.

O Museu da Diversidade Sexual – Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo foi criado através do decreto 58.075 em 2012. Está localizado na capital paulista e é gerido pela Secretária de Cultura do Estado de São Paulo. Tem como principais atribuições, preservar, pesquisar, valorizar e publicar o “patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira, através da coleta, organização e disponibilização pública de referenciais materiais e imateriais” (...) em especial, paulista”⁵ e é a única instituição no Brasil, vinculado a um ao poder executivo. Ressalta-se que desde 2014, o museu ganhou uma nova sede, que ainda está longe de ser entregue. Desta forma, o Museu da Diversidade Sexual, é um importante museu que preserva a memória LGBT no Brasil através de exposições, oficinas, cursos entre outros.

Em 2013 é criada a Revista Memória LGBT. Um periódico virtual e colaborativo que preserva e difunde a memória LGBT. Atualmente possui dez edições que registram através de exposições em revista, histórias, patrimônios e pessoas da comunidade LGBT brasileira. Em 2015 em parceria com o Museu de Favela, promoveu o Projeto Memórias

⁵ Decreto-Lei disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58075-25.05.2012.html>

LGBT no Museu de Favela. Atualmente desenvolve e disponibiliza os resultados do mapeamento das Memórias LGBT.

Na capital paulista o Museu da Pessoa foi um museu virtual criado em 1991. A partir de 2014 passou a promover ações e projetos para a formação de acervos digitais sobre as diversas sexualidades. Através das iniciativas, “Conte a Sua História” e “TransHistórias” formaram uma coleção sobre a comunidade transexual, homossexual e lésbica no Brasil. Os depoimentos estão disponíveis em sua plataforma virtual, podendo ser consultado em qualquer lugar do mundo.

No Rio de Janeiro, O Museu de Favela promoveu em 2015 em parceria com a Revista Memória LGBT o projeto Memória LGBT no MUF. Durante seis meses foram desenvolvidas ações que promoveu a memória LGBT na favela acompanhado de sete lideranças comunitárias⁶. Entre as ações desenvolvidas, foram realizadas exposições experimentais, publicações da Revista Memória LGBT, a saber, ‘Ser lésbica na Favela’, ‘Ser Gay na Favela’ e ‘Ser Trans na Favela’, o Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, além de oficinas e cursos. Essa é uma das primeiras iniciativas que desenvolveu ações para travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais abordando as categorias de gênero, sexualidade, raça e classe no Brasil. Todas as ações foram concebidas coletivamente, e em diálogo com a missão do Museu de Favela.

Em 2017, no Brasil, algumas ações merecem destaque: na cidade de Brasília foi criado o Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT. Ainda sem sede, objetiva ser um espaço para a preservação e promoção da memória LGBT. Em Petrópolis, durante a Semana de

⁶ Ana Muza Cipriano, Tainara Santos, João Victor Teodoro, Jonathan Martins, Jaqueline Alves, Sidney Silva e Yonne Karr



3º sebra MUS

Museus de 2017, o Museu de Artesanato do Estado do Rio de Janeiro, promoveu a exposição Isabelita dos Patins – História de Transformação, Arte e Beleza.

Por fim, a realidade dos museus, patrimônios e espaços de memória voltados para a comunidade LGBT no Brasil é promissora. Desde a década de 90, nove instituições foram criadas, objetivando-se preservar e promover a memória, história e cultura da Comunidade LGBT. No entanto, diferente de outras partes do mundo, poucas ações de Estado foram empreendidas neste contexto, cabendo aos movimentos sociais a responsabilidade pela maioria dos feitos.

Considerações finais

Conclui-se que os museus, iniciativas comunitárias em memória e espaços de vocação museológica, em sua maioria, são locais que reforçam a heteronormatividade compulsória, invisibilizando outros gêneros e sexualidades. Trata-se de ações que excluem e invisibilizam uma parcela da população brasileira, além de, reforçar as fobias a comunidade LGBT. Contudo, a presente pesquisa, verificou horizontes e ações possíveis em espaços de memória no globo ao positivar a memória das pessoas Travestis, Transexuais, Transgêneros, Lésbicas e Gays. Cabe ressaltar que mesmo com os avanços ultraconservadores, o número de iniciativas que positivam a memória LGBT vem crescendo, afinal, promover estas memórias subalternas é um ato de resistência.

Chama à atenção a reprodução dos padrões heterossexuais nos museus e iniciativas comunitárias que promovam as memórias e histórias LGBT, uma vez que a maiorias destes espaços apresentam os registros e memórias do homem branco e gay, refletindo quase que exclusivamente sobre memória da homossexualidade (BENTO, 2006, p.81) e (BUTLER, 2003, p.56). Contudo, são poucas as experiências que

visibilizam as mulheres lésbicas, travestis e transexuais. Como exemplos, dos 80 museus pesquisados, somente quatro abordam explicitamente a memória de lésbicas. Isto sugere que a invisibilidade lésbica se dá a partir da proposta de Adrienne Rich (2010, p.36),

E a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem.

Ressalta-se que ações voltadas para a positivação da memória podem contribuir no enfrentamento de demandas sociais apesar das invisibilizações forjadas pelo poder. De fato, as primeiras instituições museológicas que promovem a memória de sexualidades não normativas surgem com o advento da AIDS, em uma tentativa de se garantir o futuro de uma comunidade que estava perdendo para uma epidemia. No entanto, estes casos são isolados e presentes em países de primeiro mundo, privilegiados economicamente.

Destaca-se que a ausência das interseccionalidades na maioria dos museus, patrimônio e espaços de memória pesquisados. Estas instituições de memória em sua maioria ignoram em suas ações de preservação e disseminação da memória LGBT a questão de classe, raça e gênero. Majoritariamente, abordando muitas vezes, a memória da homossexualidade masculina dominante e branca.

Existe ainda um despreparo ou desprezo dos trabalhadores, pesquisadores, técnicos e estudantes de Museologia, museus e do patrimônio. Ao que parece, a heteronormatividade domina a cultura material, imaterial e a memória. Além do

despreparo das instituições de ensino e formação, em aulas, cursos e oficinas ignoram as abordagens de gênero e sexualidades tornando estes bens culturais objetos sem memória, história, gênero e sexualidades, ou quando possuem, foram fabricados por um homem.

Por fim, o presente artigo, buscou apresentar as diversas instituições e iniciativas comunitárias que promovam as memórias e histórias da comunidade LGBT no globo. Ressalta-se que estes são resultados preliminares e serão reforçados com a conclusão da segunda etapa da pesquisa. No entanto, é crucial que os museus, espaços de memória e iniciativas comunitárias em memória e Museologia social, passem a visibilizar as pessoas travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, bissexuais e gays em uma tentativa de garantir o direito à memória, além de, superar a homolesbotransfobia.

Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. “**Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2000.

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony. **Protagonismo LGBT e Museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero**. Cadernos do Ceom. Chapecó, v. 27, n. 41, p.175-192, dez. 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOITA, Tony Willian. **Memória LGBT: Mapeamento e Musealização** em Revista. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, UFG, Goiânia, 2014. Disponível em: <[HTTPS://www.cienciasociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf](https://www.cienciasociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2016.

BRAZ, Camilo. Provocações queer à “cultura LGBT”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p.

1 – 13. Disponível em:

<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARENA, Cuauhtémoc; MORALES, Teresa. **Manual para la creación y desarrollo de museos comunitarios**. La Paz: Artes Graficas Sagitario Srl, 2009. 129 p. Disponível em: < <https://goo.gl/4aZ47k> >. Acesso em: 25 nov. 2016.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó, SP: Argos, 2006, 135p

CHAGAS, M.. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 19, Jun. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/k6Ep4t>>. Acesso em: 29 Nov. 2014.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. RJ, Garamond, 2005.

FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é Memória. **Revista Usp**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.114-120, dez. 1994. Disponível em: < <https://goo.gl/tfQuyRA> Acesso em: 13 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. “Antropologia e Feminismo”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 2010, v. I, p. 176-185.

HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. In: *Cadernos Pagu*(22). Campinas: Unicamp, 2004.

MOORE, Henrietta. “Antropología y feminismo: historia de una relación”. In: *Antropología y Feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1991.

PINTO, Renato. **Museus e Diversidade Sexual: Reflexões sobre mostras LGBT e Queer**. Arqueologia Pública, Campinas, v. 1, n. 4, p.44-55, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jun. 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman.. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

REVISTA DEL COMITÉ NACIONAL ESPAÑOL: **Museos, Género y sexualidad**. Espanha: Comité Nacional Español del Icom, v. 1, n. 8, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/icom-ce_librovirtual/docs/icom-ce_digital_08>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”. In: **Revista Bagoas**, n. 10. Natal: UFRN, 2010.

RUBIN, Gayle. “El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”. In: **Revista Nueva Antropología**(30, VIII). México: 1986.

RUBIN, Gayle. “Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad”. In: **Vance, Carole (compiladora). Placer y peligro. Explorando la sexualidade feminina**. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SPIVAK, Gaiatry. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WICHERS, Camila A. de Moraes. **Museus comunitários e patrimônio arqueológico: constrangimentos, desafios e possibilidades de diálogo**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2015, Goiânia. Anais... Goiânia: Ufg, 2015. p. 02 - 21. Disponível em: <<https://goo.gl/EyXZo7>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: Louro, G. **O Corpo Educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.